

PODER LEGISLATIVO  
CÂMARA MUNICIPAL DE PORTO VELHO  
GABINETE DO VEREADOR EVERALDO FOGAÇA



COMISSÃO PERMANENTE DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E REDAÇÃO -  
CCJR

PARECER SOBRE PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº 1183 2021

**Propositura:** Projeto de Lei Complementar nº 1183/2021

**Autoria:** Poder Executivo

**Mensagem:** 41/2021

**Ementa:** *"Institui a Carteira de Identidade do Autista no âmbito do Município de Porto Velho e dá outras providências."*

**Relator:** Vereador Everaldo Alves Fogaça

**I - RELATÓRIO**

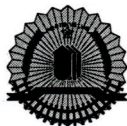
Trata-se de Projeto de Lei Complementar nº \_\_\_\_/2021 de autoria do Excelentíssimo Prefeito Hildon de Lima Chaves, cuja ementa: *"Institui a Carteira de Identidade do Autista no âmbito do Município de Porto Velho e dá outras providências."*

O importantíssimo Projeto de Lei em tela objetiva instituir e autorizar a emissão da Carteira Municipal e Identidade do Autista (CMIA), destinada a conferir identificação a pessoa diagnosticada com Transtorno do Espectro Autista (TEA) no âmbito do Município de Porto Velho.

A presente proposta Legislativa em seu Art. 2º preceitua que com base em Lei Federal de nº 12.764, de 27 de dezembro de 2012, que prescreve a pessoa com Transtorno do Espectro Autista, é considerada pessoa com deficiência, para todos os efeitos legais.

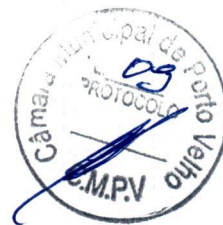
Ademais, o projeto de Lei, traz em seu bojo as competências e atribuições da presente propositura.

Rua Belém, nº 139 – Embratel  
Porto Velho - Rondônia



PODER LEGISLATIVO

**CÂMARA MUNICIPAL DE PORTO VELHO**  
**GABINETE DO VEREADOR EVERALDO FOGAÇA**



De acordo com o que preleciona o Art. 94 *caput* do Regimento Interno da Câmara Municipal de Porto Velho/RO, compete à Comissão de Constituição e Justiça manifestar-se sobre todos os assuntos submetidos a sua apreciação, quanto aos aspectos inerentes à constitucionalidade, juridicidade, legalidade, redação e técnica legislativa.

Desse modo, o Projeto de Lei Complementar nº \_\_\_\_/2021 foi submetido à apreciação por esta Comissão, a qual passa a opinar nos termos da análise a seguir:

É o relatório.

**II - DA ANÁLISE**

O Projeto de Lei Complementar nº \_\_\_\_/2021 em análise versa sobre matéria de competência do Município por denotar interesse local, encontrando amparo no Art. 7º, inciso X, da Lei Orgânica Municipal e Art. 30, I, II da Constituição Federal de 1988. Vejamos:

Art. 7º - Ao Município compete prover tudo quanto diga respeito ao seu particular interesse e ao bem-estar de sua população, cabendo-lhe privativamente, dentre outras, as seguintes atribuições:

X - legislar sobre assuntos de interesse local;

Art. 30. Compete aos Municípios:

I - legislar sobre assuntos de interesse local;

II - suplementar a legislação federal e a estadual no que couber;

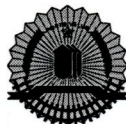
(...).

Posto isto, a Constituição Federal, em seu artigo 18, prevê que:

Art. 18. A organização político-administrativa da

*Rua Belém, nº 139 – Embratel*  
*Porto Velho - Rondônia*





PODER LEGISLATIVO

**CÂMARA MUNICIPAL DE PORTO VELHO**  
**GABINETE DO VEREADOR EVERALDO FOGAÇA**



República Federativa do Brasil compreende a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, todos autônomos, nos termos desta Constituição.

Com o exposto, percebe-se que o presente projeto de lei tem o objeto de instituir no âmbito do Município de Porto Velho carteiras de identificação a pessoa portadora de Autismo, sem qualquer dúvida, se enquadra na definição de interesse local.

Já que a matéria trazida no presente projeto é de responsabilidade comum de todos os entes federados (artigo 23, inc. II, CF/88), não sendo uma competência privativa da União (artigo 22, CF/88), além de haver uma repercussão Municipal, pois se vincula apenas aos portadores de autismo que tenham domicílio no Município de Porto Velho.

O Decreto nº 6.949, de 25 de agosto de 2009, que promulgou a Convenção Internacional sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência e seu Protocolo Facultativo (norma está de *status constitucional*) e a Lei nº 13.146/2015, que instituiu a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência, dispõe sobre o assunto.

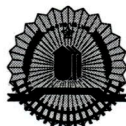
Posto isto, há ainda Lei mais específica, a Lei Federal nº 12.764, de 27 de dezembro de 2012, que instituiu a Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista, e a Lei nº 10.048/2000, que em seu artigo 1º, traz o **atendimento prioritário às pessoas com deficiência**, os idosos com idade igual ou superior a 60 (sessenta) anos, as gestantes, as lactantes, as pessoas com crianças de colo e os obesos, o que, sem qualquer discussão englobaria os autistas, conforme o § 2º do artigo 1º da Lei Federal nº 12.764/2012, in verbis:

**§ 2º A pessoa com transtorno do espectro autista é considerada pessoa com deficiência, para todos os efeitos legais.**

Portanto, deste modo, é indubitável que para o exercício regular destes direitos, entre os quais, o atendimento prioritário, a instituição do cadastro e a emissão da carteira e de extrema importância.

Ainda sob o aspecto legal, o presente projeto de lei Complementar possui base legal na Lei Federal, e Lei Estadual de nº 4.442/2018 que "Institui a Carteira de Identidade do Autista (CIA), âmbito do Estado de Rondônia" conforme nos preceitua artigo 3º, inciso I, in verbis:

*Rua Belém, nº 139 – Embratel  
Porto Velho - Rondônia*



PODER LEGISLATIVO

CÂMARA MUNICIPAL DE PORTO VELHO

## GABINETE DO VEREADOR EVERALDO FOGAÇA



**Art. 3º** para fins desta lei o órgão de desenvolvimento social é competente para;

I – expor a carteira de Identidade do Autista (CIA), a ser emitida por intermédio dos Centros de Referências de Assistência Social (CRAS), devidamente numerada, de modo a possibilitar a contagem dos portadores do (TEA) no Estado de Rondônia.

sendo assim, importante frisar, porém, que a CF/88 traz o princípio da tripartição dos poderes, conforme artigo 2º, que deve ser de observância obrigatória pelos Estados, Distrito Federal e Municípios, já que foram repartidas as funções típicas e atípicas aos poderes Legislativo, Executivo e Judiciário, os quais são independentes e harmônicos.

Com isso, tal princípio proíbe um poder de interferir sobre outro, a fim de preservar a harmonia, razão pela qual há a iniciativa de matérias exclusivas ao Chefe do Poder Executivo. Tal previsão se encontra no artigo 61, § 1º, da CF/88 e foi repetida na LOM, art. 87.

Portanto, o projeto de Lei ainda respeita o requisito formal exigido pela Lei Orgânica Municipal que, de acordo com a redação do art. 67, I, X, XI, XIV deve ser editada em forma de lei complementar e não em forma de lei ordinária, senão, vejamos:

**Art. 67** - São objetos de leis complementares as seguintes matérias:

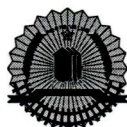
- I - lei de estrutura administrativa;
- X - criação de cargos, empregos e funções da administração pública municipal;
- XI - criação, estruturação e atribuição dos órgãos da administração pública municipal;
- XIV - diretrizes municipais da saúde e da assistência social;

Por simetria, a matéria ora proposta respeita a competência privativa do Chefe do Executivo como manda a Constituição da República em seu artigo 61, parágrafo 1º, inciso II, alínea “e”:

**Art. 61.** A iniciativa das leis complementares e ordinárias cabe a qualquer membro ou Comissão da Câmara dos

*Rua Belém, nº 139 – Embratel  
Porto Velho - Rondônia*





PODER LEGISLATIVO

CÂMARA MUNICIPAL DE PORTO VELHO

## GABINETE DO VEREADOR EVERALDO FOGAÇA



Deputados, do Senado Federal ou do Congresso Nacional, ao Presidente da República, ao Supremo Tribunal Federal, aos Tribunais Superiores, ao Procurador-Geral da República e aos cidadãos, na forma e nos casos previstos nesta Constituição.

§ 1º - São de iniciativa **privativa** do Presidente da República as leis que:

II - disponham sobre:

e) criação e extinção de Ministérios e órgãos da administração pública, observado o disposto no art. 84, VI; (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 32, de 2001).

Deste modo, nestas situações tais materiais são reservadas ao Executivo; enquanto os demais casos são de iniciativa concorrente, podendo ocorrer propostas de iniciativa do Poder Legislativo.

No presente caso, em que se busca a obrigatoriedade de instituição de um cadastro específico e a emissão de carteiras destinadas aos portadores de autismo, é evidente que tais atribuições competirão ao Poder Executivo, através de suas Secretarias Municipais (Secretaria da Saúde, Secretaria da Assistência Social), o que caracteriza matéria afeta à organização administrativa que, por óbvio, podem incidir despesas não programadas pelo Poder Executivo na lei orçamentária.

Posto isto, vale trazer à tona ainda que o texto Maior dispõe em seu artigo 24 acerca das competências concorrentes, dentre as quais, o inciso XIV traz a competência legiferante sobre a "Proteção e integração social das pessoas portadoras de deficiência", bem como o artigo 23, inciso II, informa que é de competência comum (material) "cuidar da saúde e assistência pública, da proteção e garantia das pessoas portadoras de deficiência".

Com isso, a matéria em nada viola a Carta Magna, razão pela qual não padece de vício de inconstitucionalidade formal ou material.

Afora isto, o projeto de lei respeita as técnicas de elaboração, redação e alteração legislativa, como manda a Lei Complementar Federal nº 95/1998.

*Rua Belém, nº 139 – Embratel  
Porto Velho - Rondônia*



PODER LEGISLATIVO

**CÂMARA MUNICIPAL DE PORTO VELHO**  
**GABINETE DO VEREADOR EVERALDO FOGAÇA**



Desta forma, não conjecturamos qualquer óbice para a não aprovação do projeto de lei em destaque.

**III – VOTO**

Desta forma, na qualidade de Relator, designado para exarar parecer pela Comissão Permanente de Constituição, Justiça e Redação, **nosso voto é FAVORÁVEL à aprovação do PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº \_\_\_\_\_/2021**, nos termos da análise acima fundamentada.

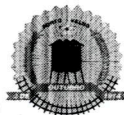
É como voto.

Plenário das Comissões.

Câmara Municipal de Porto Velho/RO, 24 de Agosto de 2021.

\_\_\_\_\_  
**EVERALDO ALVES FOGAÇA**  
**VEREADOR**

*Rua Belém, nº 139 – Embratel*  
*Porto Velho - Rondônia*



PODER LEGISLATIVO  
CÂMARA MUNICIPAL DE PORTO VELHO – RO  
DEPARTAMENTO LEGISLATIVO DAS COMISSÕES



**COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO JUSTIÇA E REDAÇÃO – CCJR/2021**

**PROPOSITURA:** Projeto de Lei Complementar nº 1183/2021 – Mensagem nº 41/2021

**AUTORIA:** Poder Executivo Municipal.

**ASSUNTO:** “Institui a Carteira de Identidade do Autista no âmbito do Município de Porto Velho e dá outras providências.”

**PARECER Nº 121/2021.**

Senhor Presidente  
Senhores Vereadores (a),

A **Comissão de Constituição, Justiça e Redação/2021**, após análise do voto do relator, Vereador Fogaça do Site O Observador, opina pela constitucionalidade do presente Projeto de Lei Complementar, e, no mérito, pela sua aprovação. É o PARECER desta Comissão.

Pelo exposto, somos pela aprovação da matéria. S.M.J.

Departamento Legislativo das Comissões, 24 de agosto de 2021

**Vereador Fogaça do Site O Observador**  
Presidente/CCJR/2021

**Ver. Edimilson Dourado**  
1º Secretário/CCJR /2021

**Ver. Dr. Gilber**  
2º Secretário/CCJR/2021